

LUX JORNAL

DIÁRIO DE CUIABÁ
CUIABÁ - MTPUBLICADO EM:
21 NOV 1996

190

134

1

RESERVA SARARÉ

Ação de retirada de invasores está sendo definida em Brasília

O plano de remanejamento deve ser entregue ao ministro Jobim amanhã pela Polícia Federal

RUBENS VALENTE
Da Reportagem

O anúncio da operação de retirada dos 8 mil garimpeiros e madeireiros da reserva indígena Sararé, a 540 km de Cuiabá, foi retardado em mais um dia. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, recebeu ontem em audiência o presidente da Funai, Júlio Gaiger, e o administrador regional do órgão em Cuiabá, Ademir Gudrin, mas preferiu aguardar mais informações jurídicas para deflagrar a desinstituição da área.

Uma medida imediata tomada ontem pelo ministro foi requisitar ao diretor-geral da Polícia Federal, Vicente Chelotti, a apresentação amanhã de um plano de remanejamento de agentes para a operação. Segundo estudo da superintendência da PF em Cuiabá, serão necessários 120 agentes, R\$ 300 mil, helicópteros e pelo menos 20 dias de trabalho na área.

O assessor de imprensa da Funai em Brasília, Antônio Carlos Lago, disse ontem por telefone ao DIÁRIO, após a reunião, que a preocupação de Jobim é não só limpar a área, mas garantir atendimento aos expulsos, que já teriam prometido partir em massa para

Pontes e Lacerda, o que representaria um aumento de 50% na população da cidade da noite para o dia.

O administrador da Funai em Cuiabá, Ademir Gudrin, adiantou que no próximo dia 29 deve ocorrer nova reunião com Jobim em Brasília, desta vez entre representantes de outros ministérios para definir a estratégia de atendimento social aos garimpeiros e madeireiros.

Gudrin e Gaiger entregaram a Jobim um dossiê sobre a situação na reserva. Cada órgão envolvido apresentou seu plano de trabalho na operação, indicando custos e quais atividades irá desenvolver. Participam das discussões, além de Funai e PF, Ministério Público Federal, Fema, Secretaria de Segurança Pública, Prodeagro e Ibama. Jobim pediu informações à Procuradoria da República sobre detalhes legais da operação.

A idéia é que a retirada dos invasores, propriamente dita, dure cerca de 15 dias. Nos seis meses seguintes, serão montadas barreiras nas principais vias de acesso, a cargo da Polícia Militar. Nesse período, será construído um posto de vigilância na área, que passaria a funcionar permanentemente.



Ministro da Justiça Nelson Jobim, que se encontrou ontem com presidente da Funai

Índios fazem acerto com invasores

Da Reportagem

Os índios da reserva Sararé estão sendo cooptados por garimpeiros e madeireiros para facilitar a exploração das riquezas da área. O indigenista e assessor do administrador da Funai em Cuiabá, Ariovaldo dos Santos, confirmou que pelo menos duas camionetes Toyota, seis motosserras e seis espingardas foram dadas aos índios pelos invasores nos últimos anos.

Todo esse material (com exceção de uma Toyota) é que foi roubado pelos 12 invasores que montaram uma emboscada e atacaram os nhambiquaras na última sexta-feira. "Os brancos vão dando as bugigangas para enganar os índios", garante Santos. A conclusão mais imediata é que, sabendo

da operação que vai ser deflagrada e que terão que deixar a área de qualquer forma, os invasores decidiram retomar à força os objetos.

O presidente do sindicato dos garimpeiros em Mato Grosso, Marcionílio Macedo Neto, que esteve na área há menos de um mês, informou que os garimpeiros fazem outros "acertos" com os índios. Ele disse ter informações de que os nhambiquaras recebem uma taxa mensal para autorizar a extração do ouro. O indigenista Santos disse que uma taxa é paga pelos madeireiros para funcionários de fazendas limítrofes para que eles permitam a passagem da madeira por suas terras. Algumas estradas passam a menos de quatro quilômetros da aldeia nhambiquara. (RV)

Justiça não localiza madeireiros

Da Reportagem

A ação civil pública movida em 1993 pelo Procuradoria da República em Mato Grosso está patinando na dificuldade da Justiça Federal em localizar os 31 acusados pelo roubo de madeira na reserva Sararé. Apenas 16 réus foram intimados até agora, o que faz o procurador da República, Pedro Taques, até pensar em desistir de dar continuidade ao processo.

"Estamos inclinados a procurar numa outra estratégia jurídica, mesmo porque a ação civil já atingiu muitos objetivos", adiantou o procurador. A ação conseguiu, em 25 de novembro de

93, a liminar favorável do juiz Alexandre Laranjeiras que possibilitou uma grande operação de retirada dos invasores.

Outro resultado da ação foi o cancelamento dos contratos feitos entre madeireiros e índios e intermediados pela Associação Civil Rayoraak dos Povos Indígenas de Comodoro. Segundo os procuradores, a entidade estava promovendo a venda ilegal de madeira, facilitando a reentrada de madeireiros, estimulando confronto entre índios e pessoal da fiscalização, organizando milícia armada dentro da reserva e, além de tudo, funcionando "à margem da legalidade jurídica e fiscal". (RV)